

A CIRCULAÇÃO DA ENERGIA SOCIAL INSCRITA NA VITALIDADE DOS TEXTOS

Luciana Salazar SALGADO*

- RESUMO: Há hoje um farto universo de produções e regulamentações que fazem do livro um foco de atenções inéditas no Brasil. Com isso, também ganham terreno temas a princípio bem diversos, como letramento e marketing cultural, por exemplo. Aqui, com base em desdobramentos teóricos da Análise do Discurso de tradição francesa, examinaremos a relação entre o trabalho dos autores e o de seus interlocutores editoriais, os quais, vistos dessa perspectiva, permitem observar a diversidade de práticas e semioses que constituem o processo de criação dos textos cujo destino é circular publicamente. O que se verifica é que, sendo objetos culturais, os textos a publicar não se bastam como organização estritamente linguística ou, antes, a própria organização linguística não se basta, sua autonomia é relativa, pois está submetida a muitas coerções que são de outra ordem – a do discurso, se entendemos por isso que todo texto lido é uma enunciação efetivada e, assim, está sujeito a um conjunto de restrições semânticas que são indissociáveis de um conjunto de práticas sociais e históricas.
- PALAVRAS-CHAVE: Livro. Texto. Criação. Práticas editoriais.

Introdução

Desde meados dos anos 1990 e mais intensamente nos anos 2000, as publicações sobre livro se multiplicaram. Crônicas, ensaios, artigos científicos e livros sobre livros têm circulado no mundo todo; no Brasil, reedições e traduções há muito esperadas compõem o universo de produções que fazem do livro um assunto da ordem do dia. Na esteira desse acontecimento não raro como ramificações de um assunto tão vasto, também ganham terreno temas a princípio bem diversos, como letramento e *marketing* de produtos culturais, por exemplo. Em diversos campos de saber, o livro e tudo o que tem a ver com ele está em pauta.

É possível dizer que isso aconteceu no ilustrado século XVIII ocidental também, ou antes, quando o formato códex ganhou circulação na Europa modificando as condições de acesso aos textos escritos e seus usos. Mas isso

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Semiótica e Linguística Geral. São Paulo – SP – Brasil. 05359-260 – lucianasalazarsalgado@gmail.com

terá sido em conjunturas distintas da que vemos agora, quando uma espécie de vertigem tecnológica põe nova lenha numa fogueira acesa noutros tempos: os livros podem deixar de existir?

Ao que tudo indica, os livros seguem sendo objetos instigantes. São escritos e circulam cada vez mais em diferentes suportes para preocupação de uns, que veem nessa atual difusão o perigo do barateamento, e para contentamento de outros, que entendem a farta produção e a múltipla distribuição como formas de viabilizar o acesso, dando conta da diversidade das populações humanas nas largas escalas que caracterizam o século XXI¹.

Há já uma tradição de estudos historiográficos ligados à leitura, à escritura e a algumas relações entre elas. No que tange aos estudos linguísticos, formas de abordar os livros, em termos de leitura e escritura, têm se multiplicado também. Mais recentemente, entre as práticas de escritura, começam a acontecer estudos voltados às diversas modalidades de revisão de textos. A revista *Langages*, uma referência importante para os campos de investigação da linguagem, em seu número 164, de dezembro de 2006, traz a edição temática “*La révision de texte. Méthods, outils et processus*”, cujo texto introdutório se intitula “*L’étude de la révision de texte: de la mono – à la pluridisciplinarité*”. Nela, pesquisadores de diferentes áreas avaliam, em situações bastante variadas, as atividades de revisão que acontecem no curso da produção escrita. A diretriz de todos eles é compreender os processos complexos e ainda pouco estudados de *ajustes, melhoramentos, reelaborações* e toda sorte de contribuições que, outrora pensadas como posteriores à produção dos textos, têm sido vistas como constitutivas, inclusive nos casos em que um outro opera esses rearranjos (*parceiro, professor* ou *programador de software escolar*, para mencionar alguns dos exemplos estudados). Há, nessa reunião de artigos em torno dos métodos, instrumentos e processos de revisão de textos, pesquisadores da neurolinguística, da psicolinguística, da linguística textual e da crítica genética, e podemos dizer que uma hipótese fundamental guia essa confluência: a revisão de textos é um caminho de apropriação da textualidade; reler “ativamente” o próprio texto é que faz dele um texto próprio.

Noutros campos, muitos dos estudos sobre propriedade legal abordam aspectos da reelaboração dos textos, uma discussão também de outrora que se põe renovada, quando novos meios materiais impõem perguntas como: o texto

¹ Esse não é um embate entre duas posições bem definidas e desdobra uma complexa problemática. Para situar minimamente os discursos que põem em relevo essa preocupação, cito a introdução do artigo “Sobre o valor e o valor da obra de arte”, de H. J. Koellreutter, publicado na revista *Estudos Avançados*, em 1999, numa seção dedicada a discutir as condições atuais da *criação*: “Numa época em que grande número de valores tradicionais, até a própria verdade tem sua validade posta em questão, a educação para a seleção e para o senso de valor e desvalor adquire uma importância capital. Permito-me, por isso, enfatizar que a educação artística e estética moderna, hoje, deveriam tratar especialmente dos conceitos de valor. Tal teoria de valores, porém, encontraria dificuldades consideráveis no campo relativista da arte.” (KOELLREUTER, 1999, p.251).

de um livro é o mesmo texto se for divulgado em CD-ROM? Se a massa de texto for redistribuída para leitura na tela, quem fizer essa redistribuição terá feito um novo texto? Que direitos terá sobre essa nova forma de dar o texto a ler? E se o texto virar uma peça de teatro, um clipe...?

Essas questões foram abordadas em recente reflexão sobre as práticas de retomada de um texto autoral, com base no quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente em desdobramentos que permitem problematizar a configuração da autoria (SALGADO, 2007), com vistas a pensar nos textos do modo como Jean-Michel Adam (1999) propõe em sua “reconcepção da estilística”. Segundo essa orientação, para abordar a produção dos sentidos num texto, do modo como esse objeto interessa aqui, devemos considerar que os textos têm sido definidos em toda teoria textual, desde a Antiguidade, tanto por sua condição de inteireza quanto por sua condição de abertura; em seu duplo funcionamento, um texto é uma unidade e é inacabável, uma composição que é também possibilidade de recomposições.

Isso é evidente no caso dos livros ou, se se quiser melhor referir os textos em circulação, de todo texto preparado para ir a público. Esses objetos elaboram-se no contato com os textos ditos originais, que não são imunes a esse contato, em que diferentes semioses se articulam, influenciando-se. Nenhum recurso gráfico de disposição do texto verbal é desimportante: notas de rodapé ou de fim, quebras de página ou de seção, sumário, índice, orelha, quarta-capa, assim como ilustrações, capa, formato e tipo de papel, estilo de fonte... Tudo isso se conjuga na composição do que, afinal, vai a público. As questões técnicas de legibilidade e as interpretações de um texto ultrapassam o que há nele de estritamente linguístico. Vejamos um exemplo esclarecedor.

Breve história de uma segunda edição

Em 2006, a editora Briquet de Lemos publicou uma nova edição do famoso – e há muito esgotado – *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, de Rubens Borba de Moraes, com um detalhe pouco usual na capa: logo abaixo do título, lê-se *Segunda Edição*, por extenso, em itálico e com iniciais maiúsculas. Essa peculiaridade tem razão de ser: o material, que é um levantamento pioneiro, foi publicado em 1979 e, nesses mais de vinte e cinco anos entre uma edição e outra, nem nos melhores sebos se encontrava um exemplar.

Festejada por estudiosos da área, a nova edição traz uma apresentação de José Mindlin, figura emblemática da dedicação aos livros, que, na sua página introdutória, registra a amizade que tinha com o autor e o apreço pelo que fez o editor na versão ora publicada. Abre seu curto texto (de uma página) dizendo:

Esta edição da obra de Rubens Borba de Moraes sobre livros e bibliotecas no período colonial é um excelente serviço que Briquet de Lemos presta aos estudiosos desse tema, pois o livro está esgotado há muitos anos e devia estar fazendo falta. (MINDLIN, 2006).

Depois de algumas linhas sobre Borba de Moraes, encerra seu texto, que está indicado, desde a folha de rosto, como *Apresentação de José Mindlin*:

Mas voltemos ao presente livro. De fato, como consta da nota do editor, a primeira edição continha falhas e gralhas que foram, na medida do possível, corrigidas nesta reedição. O editor acrescentou elementos que conseguiu encontrar após a publicação do livro, e isso torna essa edição ainda mais útil que a primeira. Bem haja Antonio A. Briquet de Lemos pelo esforço que fez em favor dos estudiosos e da memória de Rubens Borba de Moraes, meu querido e saudoso amigo. (MINDLIN, 2006).

Essa voz socialmente autorizada a falar sobre livros de modo afetivo, respaldada pela renomada biblioteca que cultiva e por tudo que se diz sobre ela (sabidamente, José Mindlin é bastante solicitado como figura pública representativa do amor aos livros), referenda o trabalho de um editor de pequeno porte, bastante especializado (em biblioteconomia e ciências da informação), sediado fora do eixo editorial São Paulo-Rio de Janeiro (está em Brasília) e que não tem um sistema de publicidade programada nas mídias de largo alcance. E esse editor, que decerto foi quem convidou Mindlin a referendar esse trabalho, pois uma apresentação e seu apresentador são decisão editorial, em sua Nota do Editor, que sucede a referida apresentação, descreve o trabalho o qual empreendeu e que, possivelmente, como diz Mindlin (2006), tornou “essa edição ainda mais útil que a primeira”.

Logo no primeiro parágrafo, informa:

A primeira edição, feita em 1979, apresentava um grande número de gralhas e deficiências de produção editorial. Uma das mais evidentes era a ausência, na parte destinada a documentos, no final do volume, do anúncio de livros recebidos pela livreria de Paulo Martin.

Solicitei ao Dr. José Mindlin que me informasse se, nos documentos deixados por Rubens Borba de Moraes, havia encontrado algum exemplar dessa primeira edição anotado pelo autor, com correções e acréscimos. Sua resposta foi negativa. (LE MOS, 2006).

Não tendo encontrado trabalho do próprio autor sobre seu texto, Briquet de Lemos procedeu à preparação dos “originais” a que teve acesso. E aqui é interessante notar que essa “origem” é a primeira edição publicada, o que confirma noções como interdiscursividade – uma espécie de teia de dizeres, de textos, de livros, tecida sempre de algo que já está. Aliás, diga-se que a expressão “originais do autor”, corrente no mercado editorial, é muito sugestiva do que se costuma

entender por autoria, uma verdadeira origem de tudo; entretanto, na prática, não se trata de uma elaboração primeva. No caso em tela, sobre a primeira edição, que serviu de originais à segunda, o editor nos informa:

Na preparação desta edição procurei sanar erros tipográficos e um ou outro lapso de redação, nada, porém, de maior importância ou que alterasse o conteúdo original. (LEMOS, 2006).

O que seria o “conteúdo original” que não se altera? Em que medida os “lapsos de redação” não são “de maior importância”? Em se tratando de um editor criterioso, especializado justamente em publicações sobre livros, é muito razoável que apresente com detalhe os passos de recomposição da obra que está editando e diga ao público leitor – de especialistas ou de curiosos – que não adulterou o original, não o maculou, não feriu o lugar do autor, não se chocou contra seu texto, ainda que tenha identificado passagens em que reformulações pareciam necessárias. Difícil dizer que se mexeu num texto que já estava pronto e que isso não fez dele outro texto. Mais difícil ainda assumir que isso foi feito com critérios necessariamente próprios. Briquet de Lemos, como um conhecedor do ofício, prossegue na enumeração das manobras:

Foram conferidas com os originais quase todas as citações feitas pelo autor e padronizadas as referências. A ortografia das citações foi atualizada. As notas de rodapé foram transferidas para o final dos capítulos e passaram a conter apenas os dados bibliográficos mínimos. As referências completas aparecem na bibliografia no final do volume. São também mencionadas as edições mais recentes.

O fac-símile da lista de novidades da livraria de Paulo Martin foi incluído no lugar previsto, no anexo intitulado Documentos.

Obtive da Biblioteca Nacional uma cópia em microfilme do catálogo dos livros de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que cotejei com a transcrição constante da primeira edição. Foi constatado que houve empastelamento de linhas e outras falhas tipográficas. O texto ora transcrito reproduz a sequência do manuscrito, com exceção dos cabeçalhos das duas listas principais, que se achavam deslocados no próprio volume, falha que o autor corrigira na primeira edição. Convém salientar que não consultei o apógrafo original, que deve estar guardado no Arquivo Nacional, mas um filme da cópia fac-similar existente na Biblioteca Nacional. Substituí a fotografia do teto da biblioteca do antigo colégio dos jesuítas em Salvador por outra, com melhor definição e colorida. O índice foi revisto. (LEMOS, 2006).

Embora sejam o “mesmo” texto e as “mesmas” partes do livro, as “pequenas” mudanças aparecem documentadas num tom que procura dar ao leitor a certeza do que foi feito, de que houve cuidados para preservar o dito original. Mas, do ponto

de vista discursivo, a atualização da ortografia das citações é já uma intervenção importante, pois é, em certa medida, uma declaração de propósitos dentro de um quadro de práticas. No mínimo, uma tentativa de tornar mais fluente a leitura do interlocutor de hoje; logo uma suposição do que deve ser a leitura do interlocutor de hoje. É também o caso das manobras de transferência das notas de rodapé, com “apenas os dados bibliográficos mínimos”, para notas de fim, uma tendência das formas acadêmicas atuais – o que filia ou, pelo menos, enquadra a publicação: ela se pretende fonte para pesquisadores ao assumir uma prática de escritura que caracteriza uma dada produção intelectual.

Constata-se que se buscou facilitar o trabalho dos pesquisadores, supostamente os principais interlocutores, a quem se informam as “edições mais recentes” das obras citadas na edição de 1979. Além disso, incluiu-se um documento previsto pelo autor, mas ausente na primeira edição, outros documentos consultados têm suas fontes explicitadas, e uma crítica sutil a elas aparece no contraste entre o rigor com que o editor descreve minúcias da preparação que faz e a passagem em que lhe parece conveniente *salientar* que não consultou o apógrafo original, “que deve estar guardado no Arquivo Nacional” – *deve estar*, não se sabe ao certo...

Houve, ainda, a troca da fotografia. A nova é do mesmo teto, do mesmo colégio, mas foi tirada por outro fotógrafo em outro momento com fins de catalogação de patrimônio (consta de material publicado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) em 2002) e é colorida. Isso tudo não significa que o editor subverteu o original, mas, também, não há como deixar de ver atuarem nessas manobras diversos critérios de modificação e as próprias modificações, das quais resultam inclusive efeitos que escapam aos critérios que as regeram. Afinal, o enquadramento e as cores da nova fotografia predisõem uma leitura outra. Ainda que possa parecer muito sutil, essa manobra é importante e algo distinta da revisão do índice ou do cotejo de citações, que pretendem uma fidelidade à matriz.

Enfim, podemos dizer que não há dúvida de que tais manobras se dão em diferentes instâncias do texto, mas estão articuladas e produzem uma totalidade textual.

O editor segue contando que tentou fazer a pesquisa sugerida pelo autor:

A diferença principal entre esta edição e a anterior está na tentativa de identificar as obras incluídas na famosa lista da livreria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Rubens Borba de Moraes cita, em seu texto, as obras que considerava principais e adverte que havia “outras de identificação difícil ou de pouco interesse” (p.39), e que divulgava o catálogo que ainda estava inédito “na esperança de que alguém o estude com maiores detalhes.” (p.43). [sic] (LEMOS, 2006).

E, então, Briquet de Lemos declara que sua pesquisa não é *absolutamente certa*, pois o catálogo da Biblioteca Nacional lhe parece falho, seu sistema de informatização, pouco confiável para esse grau de precisão, e a consulta ao *velho catálogo em fichas* lhe foi vedada. Depois desse registro, indica uma coletânea com estudos posteriores ao de Borba de Moraes – *Leitura, história e história da leitura*, organizada pela Professora Márcia Abreu e publicada por uma parceria entre a editora Mercado de Letras, a Associação de Leitura do Brasil e a Fapesp² – e encerra sua Nota com votos de continuidade dos trabalhos, o de Borba de Moraes e esse que, como editor, empreendeu. Diz:

Espero que esta nova edição venha estimular o surgimento de novos estudos, tanto de sínteses quanto de abertura de novas frentes de investigação. (LEMOS, 2006).

Não seriam esse propósito e o fato de a nova edição sair em 2006, com mais de 25 anos de intervalo entre edições, uma característica importante dos sentidos produzidos nesse texto? O modo como circula agora é distinto em muitos aspectos do modo como circulou na sua primeira edição; alteraram-se as possibilidades de leitura desse texto nalguma medida. A *Segunda Edição* tem ares de evento de gala, recebeu cuidados de uma ourivesaria engajada. O cerne da publicação é o texto escrito por Borba de Moraes, não há dúvida, mas, sobre ele, quantas manobras se operaram e, destas, quantas lograram ser fiéis ao original? E o que seria essa fidelidade passados tantos anos, renovados os interesses relativos à sua pesquisa? Seria possível dizer que não se alterou o texto do autor? Ou que uma nova leitura desse texto se faz ver nessas manobras do editor?

A noção de *semântica global* elaborada por Dominique Maingueneau (2005) nos permite abordar discursivamente essas manobras, chegando a compreender como os sistemas de restrições semânticas em sua coesão promovem os sentidos

² Gostaria de acrescentar a essa indicação outros trabalhos consultados que podem ser úteis a pesquisas sobre o tema: organizado por José Carlos Rocha e publicado em 1987 pela Com-Arte, da ECA-USP, *Políticas editoriais e hábitos de leitura*; de Sandra Reimão, também pela Com-Arte, em coedição com a Fapesp, *Mercado editorial brasileiro (1960-1990)*, que parte de dados estatísticos sobre a produção editorial desses trinta anos e analisa pesquisas sobre “livros mais vendidos”, procurando estabelecer relações entre as publicações e as condições sociais, políticas e culturais do país; de Aníbal Bragança, com participação de outros autores, *O Consumidor de livros de segunda mão. Perfil do cliente dos sebos*, produzido em 1992 pela ECA-USP, faz levantamentos de uma relação específica de consumo de livros por parte de quem não tem outros meios de comprar certas obras e por parte de pescadores de raridades e curiosidades.

Mais recentemente, de John Milton, com a colaboração de Afonso Teixeira Filho, *O Clube do Livro e a Tradução*, lançado em 2002 pela Edusc, de Bauru, conta uma história do livro que só muito recentemente passou a interessar aos pesquisadores brasileiros: a da tradução. O autor focaliza as traduções feitas para as publicações do Clube do Livro, que tiveram, ainda que pouco consideradas pela crítica especializada, uma grande influência em nossa produção cultural, ampliando o público da literatura de ficção. E também de 2002, *O Preço da Leitura*, de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, lançado pela editora Ática, de São Paulo, que trata da crise por que passaram os livros no Brasil durante a década de 1990, com ênfase em questões relativas aos direitos autorais.

de um discurso textualizado e, também, como a mudança de um dos elementos do sistema põe em questão toda a dinâmica sistêmica, provavelmente produzindo novos sentidos, pois se trata, com essa mudança, de uma discursivização sobre a discursivização-primeira – houve uma nova textualização. Essa é uma temática cara aos estudos da tradução, e penso que muitos pontos de contato são possíveis, mas, para o momento, retenho a problemática do novo arranjo de um texto num mesmo idioma.

Quando um autor entrega sua versão “final” a um editor, dá-se início a uma nova etapa de escritura. Não há nesse momento um texto acabado, mas uma proposta nuclear, um eixo que lastreia os movimentos de novas textualizações possíveis (que não são necessariamente textos novos). E, se toda textualização é também uma discursivização, ou a atualização de uma prática discursiva, é algo sem começo virginal nem fim derradeiro, caracterizado por uma coesão sistêmica cujas notas tônicas convivem com desdobramentos melismáticos.

Vistos assim, os textos são eternamente perfectíveis, mas ao processo editorial caberá trabalhar com o autor justamente para que se defina uma versão “final” – sobre a qual, é certo, sempre se poderá trabalhar mais uma vez. Por isso é tão relevante, no mercado editorial, a diferença entre *reimpressões* e *edições*: numa nova edição, diversas manobras acontecem para além da revisão e da ampliação, uma releitura acontece e, com isso, uma nova textualização se tece.

Noutra ocasião, pude detalhar essa noção de textualização em seus aspectos mais diretamente linguísticos. Aqui, sucintamente, penso que é preciso garantir-lhe uma filiação discursiva, considerando que “[...] refletir em termos de discurso nos obriga a considerar o ambiente imediato do texto (seus ritos de escrita, seus suportes materiais, sua cena de enunciação...) [...]” (MAINGUENEAU, 2006a, p.44), uma vez que as discursividades não se reduzem a usos específicos da língua nem às condicionantes sociais, históricas ou geográficas; a ordem do discurso supõe o contato entre esses usos e condicionantes ou, mais precisamente, os movimentos (os processos e as dinâmicas) instituintes e legitimantes desses usos e de suas condições. Assim, a análise discursiva olha os textos como materialidade linguística em permanente diálogo com outras semioses, inclusive com seus modos de circulação social, até certo ponto apreensíveis mas, também, escapáveis. É de movimento que se trata.

A noção de semântica global contempla essas “flutuações” na medida em que, sem pretender alcançá-las extensiva e exaustivamente, leva-as em conta, considera-as constitutivas, aponta sua ocorrência ao apontar o caráter dinâmico daquilo de que fazem parte. Em *Gênese dos discursos* (MAINGUENEAU, 2005), assim como o primado do interdiscurso, a semântica global aparece como um fundamento teórico: as práticas discursivas são conjuntos temáticos indissociáveis

de conjuntos formais, os quais são indissociáveis de práticas outras, não discursivas. Para essa análise do discurso,

[...] distinguir o fundamental do superficial, o essencial do acessório leva a um impasse, na medida em que é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser visada em seu conjunto. Não pode haver fundo, “arquitetura” do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões. (MAINGUENEAU, 2005, p.80).

Ainda que pensemos em termos de memória discursiva – que é uma história das filiações, das adesões e das recusas –, constatamos que ela faz parte das práticas presentes e é também por elas afetada: não se pensa um passado sempre do mesmo modo. Assim, se consideramos que os sentidos das palavras não são definíveis *a priori*, mas construídos por aproximações a outros termos, conforme as condições de produção do que se enuncia, entendemos que o que “um texto quer dizer” não é nunca algo retomável ilibadamente como uma unidade de significação fixa, reproduzível com perfeita exatidão. Ocorre que também não é uma variação espraiada ao indizível, posto que todo texto está balizado pela memória que evoca ao se pôr numa dada forma de aparecimento; “[...] do ponto de vista de um sistema de restrições global, uma hierarquia dos temas não tem grande interesse: já que o conjunto da temática se desdobra a partir dele [o sistema], sua ação é perceptível em todos os pontos do texto.” (MAINGUENEAU, 2005, p.85). Isso parece particularmente claro no caso de peças publicitárias, rótulos, embalagens, grifes, nos quais todos os elementos do sistema devem, por definição, evocar muito prontamente certas coisas (e, ao mesmo tempo, rechaçar outras) de modo contundente.

Mas essa totalidade apreensível é feita de vários elementos distinguíveis e de instâncias diversas. No caso de um texto escrito, podemos pensar em expedientes como a paragrafação ou a forma de organizar tópicos, títulos e subtítulos, enumerações e nas relações entre eles; podemos pensar em cores (ou na falta delas), nos formatos de letra, tamanhos, efeitos gráficos (sublinhas, itálicos, negritos etc.), e nos suportes de circulação; podemos pensar também em modos de abrir e de encerrar um fluxo textual (num artigo acadêmico isso é, via de regra, diferente do que se passa numa pregação religiosa ou num discurso de campanha política, por exemplo); há ainda o tom do texto, o momento em que é proferido, o tempo que toma do leitor, os esforços de interpretação que exige e todas as suas reverberações e ressonâncias. E não há planos privilegiados, uma vez que o eventual privilégio de algum desses elementos é já um efeito de sentido que encontrará ratificações em outros planos, como a falta de relevo de certos outros elementos. “O sistema de restrições define tanto uma relação com o corpo, com o outro... quanto com ideias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo.” (MAINGUENEAU, 2005, p.101).

Disso é que fala Briquet de Lemos na sua Nota do Editor: não era possível reeditar, neste momento dos estudos da área, com esse selo especializado (Briquet de Lemos Livros), a segunda edição de uma obra de referência há tanto tempo esgotada sem trabalhar sobre a primeira – que, justamente por isso, passa a funcionar como “originais”. Tal origem é estabelecida pelas mãos do editor, que, a partir de certo momento, em dadas condições, toma a palavra. E não seria possível trabalhar sobre esses originais sem dialogar com todas as suas instâncias, as mais e as menos formais, as eminentemente editoriais e as relativas à bibliofilia que parece mover o editor. Para que esse trabalho não fosse adulteração, leviandade, falta de ética ou coisa semelhante, o editor explicita seus métodos de “mexer no texto”, como se diz no meio editorial, procurando mostrar que há um efeito em cadeia e, assim, tocar numa parte é já tocar no todo. Por isso o texto renasce, trazendo consigo a memória do que já foi, mas sendo um novo “si mesmo”, pois “[...] efetivamente, uma obra sempre é lida ou ouvida em um de seus estados particulares.” (CHARTIER, 2007, p.16).

Isso parece bastante claro no que tange aos textos de quarta-capa, orelhas, prefácios e posfácios, também epígrafes e dedicatórias e mesmo no caso dos agradecimentos e da bibliografia. Tudo isso faz parte do texto que se publica, dos sentidos que nele se produzem. No caso que analisamos, a apresentação de Mindlin vale por ser de Mindlin. Na sua breve página, não há informações adicionais, reflexões sobre a obra, indicações de leitura ou qualquer outra orientação ou acréscimo. Ele nem mesmo tinha em mãos, apesar de amigo do autor, os originais que teriam sido uma base mais consistente para o trabalho de edição. Mas é sua assinatura, sua breve passagem pela abertura do livro que faz de tudo o que se segue a essa folha coisa distinta da primeira edição. Ainda que não leiamos uma apresentação, se sabemos algo sobre quem a assina, já estamos sob efeito disso, e é assim que entramos no texto do miolo.

Uma enquete feita no portal da Câmara Brasileira do Livro (CBL), em janeiro de 2007, apontava que 38% dos internautas afirmam que os textos da orelha e da quarta-capa são fatores decisivos na escolha de um livro. Um dado interessante, se o conjugamos ao fato de as editoras costumarem contratar redatores (às vezes os próprios revisores) para produzir esses textos a que chamam *serviços*. Em termos de negócios, essa informação sobre os serviços é relevante, pois eles podem ajudar nas vendas. Em termos discursivos, é crucial. Ainda mais porque não é raro que esses textos sejam produzidos por pessoas que entram em contato com edições anteriores ou com o projeto gráfico, recebem um pequeno *briefing* editorial e, sem ler todo o texto do autor, inclusive porque o prazo costuma ser curto e a contratação em regime de urgência, falam sobre o texto e, assim, fazem parte dele também, contribuem para os sentidos que ali se produzem. Uma publicação não é só o texto de um autor ou de autores. Mesmo que se recortem trechos dos

textos autorais para os serviços – uma quarta-capa, por exemplo – quem decide qual o recorte? De acordo com que diretrizes?³

Os textos, suas materialidades e suas inscrições

Em muitos de seus trabalhos, o historiador Roger Chartier insiste no fato de que os textos produzidos para circular publicamente não coincidem com os trâmites de impressão. Em toda a Antiguidade, durante a Idade Média e mesmo até fins do século XIX, nalguns casos, levar um texto a público significava, sobretudo, declamá-lo, encená-lo ou fazê-lo circular em formulações orais ou manuscritas, com fins pedagógicos e morais ou, ao contrário, alimentando o fluxo de textos clandestinos, apócrifos, pornográficos etc. Um fluxo que, aliás, com o advento da impressão, foi condição de existência de certas publicações.

Segundo Robert Darnton (1992, p.15), desde que se estabeleceu a imprensa,

[...] quanto mais severa é a proscricção, mais aumenta o preço do livro, mais suscita curiosidade de lê-lo, mais ele é comprado e lido [...]. Quantas vezes o livreiro e o autor de uma obra privilegiada, se tivessem ousado, não teriam dito ao magistrado de polícia: “Senhores, por favor, um decretinho que me condene a ser dilacerado e queimado embaixo de sua grande escadaria!” Quando se grita a sentença de um livro, os trabalhadores da tipografia dizem: “Bom, mais uma edição!”

Os livros proibidos guardam traços de clandestinidade que, mesmo noutra circunstância histórica, se deixa de haver a proibição, seguem sendo elementos característicos do texto, na medida em que faz diferença que seja lido com ou sem a informação de ter circulado clandestinamente outrora, por tais e quais razões. Os suportes e os modos de circulação dos textos também condicionam as leituras. Mesmo nas leituras não programáticas, “[...] a leitura das obras é sub-repticiamente atravessada pelas interpretações que dela foram feitas.” (MAINGUENEAU, 1996, p.37). Isso tem a ver com a alteridade constitutiva que faz dos textos que circulam publicamente *textualizações*, isto é, *trabalhos em progressão*.

Nas palavras de Chartier (2007, p.12):

[...] convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios *textos*, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres impressores, dos compositores e

³ Em trabalhos recentes, alguns dos quais publicados no Brasil em *Cenas da Enunciação*, D. Maingueneau (2006b) vem formulando abordagens desse tipo de texto, que é “destacado” de um corpo textual-primeiro para compor, noutra disposição gráfica, inclusive, uma nova totalidade textual. As noções de *destacabilidade* e de *hiperenunciação* parecem bastante proveitosas para a problematização de manobras editoriais como essas.

revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas [...]. Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições.

Cruzando a história da cultura escrita com a sociologia dos textos, como propõem historiadores e sociólogos voltados ao estudo não dissociado das significações simbólicas e das formas materiais nas quais são transmitidas, é que podemos nos perguntar se os modos de circulação dos textos não fazem parte de sua semântica global. Ou seja: os caminhos de recepção dos textos que são escritos para ir a público não passam a ser também, no curso da história, “planos de expressão” das discursividades aí linearizadas?

Sem pretender uma resposta, creio que vale a pena fazer uma breve digressão sobre maneiras de levar a público os textos e de o público consumi-los, pinçando, numa certa tradição historiográfica, traços marcantes das *transações entre as obras e o mundo social*. Desse modo, será possível pensar em aspectos relativos ao *status* da leitura – e também dos livros – no mercado editorial atual, que é, nalguma medida, herdeiro de práticas retomadas (eventualmente transformadas) em diferentes épocas. O que os livros e a leitura representam na vida social? Como os textos chegam a alcançar um público? De que modo o público se põe a consumir essa produção, legitimando-a?

No que diz respeito a práticas sistemáticas de produção escrita anteriores à cultura impressa, Alberto Manguel (1997), em *Uma história da leitura*, relata as seguintes passagens, que abrem o capítulo “O autor como leitor”:

Uma noite, no primeiro século da era cristã, Caio Plínio Cecílio Segundo (conhecido pelos futuros leitores como Plínio, o Moço, para distingui-lo de seu erudito tio, Plínio, o Velho, que morreu na erupção do monte Vesúvio, em 79 d.C.) saiu da casa de um amigo romano cheio de justificada cólera. Assim que chegou ao seu gabinete, sentou-se e, para ordenar os pensamentos (ou talvez de olho no volume de cartas que reuniria e publicaria mais tarde), escreveu ao advogado Cláudio Restituto sobre os acontecimentos daquela noite. “Acabei de sair indignado de uma leitura na casa de um amigo meu e sinto que preciso escrever-te neste instante, já que não posso falar-te pessoalmente. O texto que lera era extremamente polido, de qualquer ângulo que se considere, mas duas ou três pessoas espirituosas – ou que assim se julgam – escutaram-no como se fossem surdos-mudos. Em nenhum momento abriram os lábios, ou moveram as mãos, ou mesmo esticaram as pernas para mudar de posição. Qual o objetivo dessa conduta e cultura sóbria, ou, antes, dessa indolência e presunção,

dessa falta de tato e bom senso que leva alguém a passar um dia inteiro sem fazer outra coisa senão causar desgosto e transformar em inimigo o querido amigo que se veio ouvir?”

É um pouco difícil para nós, a uma distância de vinte séculos, compreender a consternação de Plínio. Em sua época, a leitura feita por autores tornara-se uma cerimônia social da moda, e, como em qualquer cerimônia, havia uma etiqueta estabelecida para autores e ouvintes. Dos ouvintes, esperava-se que oferecessem uma reação crítica, com base na qual o autor aperfeiçoaria o texto – motivo pelo qual Plínio ficou tão ultrajado com a impassibilidade da plateia [...]. Além disso, esperava-se que os ouvintes ficassem até o fim da apresentação, independentemente do tempo que durasse, de forma a não perder nenhuma parte da obra, e Plínio julgava que quem usava as leituras como mera diversão social não valia muito mais que um desordeiro. [...]

O autor também estava obrigado a seguir certas regras, se quisesse ter sucesso em suas leituras, pois havia toda espécie de obstáculo a ser superado. Antes de mais nada, era preciso encontrar um local de leitura apropriado. Homens abastados imaginavam-se poetas e, em opulentas casas de campo, recitavam suas obras para um grande número de conhecidos – no *auditorium*, uma sala construída especialmente com esse objetivo. Alguns desses poetas ricos, como Tícínio Capito, eram generosos e emprestavam seus auditórios para as apresentações de outros [...]. Uma vez reunidos os amigos no local designado, o autor tinha de encará-los de uma cadeira colocada sobre um tablado, usando uma toga nova e exibindo todos os seus anéis. [...] Ao elogiar o desempenho de um leitor, Plínio observou que “ele mostrou uma versatilidade adequada, ao elevar e baixar o tom, e a mesma agilidade na passagem de temas elevados para inferiores, do simples para o complexo ou de assuntos mais leves para mais graves. A voz notavelmente agradável foi outra vantagem, realçada pela modéstia, pelos rubores e pelo nervosismo, que sempre acrescentam encanto a uma leitura. Não sei por quê, mas cai melhor num autor do que a segurança.” (MANGUEL, 1997, p.279-281).

Haverá duas maneiras diferentes de dizer uma mesma coisa? Ao estudar as relações entre discurso, estilo e subjetividade, Sírio Possenti (2001, p.161) recusa a “[...] existência de um conteúdo prévio ou independente, que possa ser veiculado de forma intocada por vários recursos expressivos [...]” e oferece exemplos de relevância da forma, do modo como se enunciam os enunciados, a começar pelos jargões ou os eufemismos para referir males e tabus. Chama atenção para “[...] o quanto a disposição gráfica de textos publicados é relevante para alguns de seus objetivos [...]” (POSSENTI, 2001, p.163) e para o fato de que “[...] ninguém pode desmentir o que disse ‘literalmente’, tamanha é a força da forma, mas pode desmentir o que disse implicitamente. A forma impõe consequências tais que às vezes é estratégico evitar sua ‘terrível materialidade’.” (POSSENTI, 2001, p.166).

Donde a força das imagens em nossa cultura, principalmente as televisivas, cuja banalização cotidiana costura gestos e fragmentos de dizeres, desenhando figuras e situações que frequentemente nem são identificadas pelos que viveram a experiência empírica a partir da qual se fizeram tais construções.

Os modos de enunciação e as formas de recepção também constroem sentidos, e as práticas de controle, ou melhor, que pretendem algum controle do fio discursivo, de suas textualizações possíveis, com o advento da imprensa e da veloz multiplicação das cópias, assumiram características típicas das tecnologias envolvidas nessa transformação, as quais, por sua vez, são típicas porque se desenvolvem à medida que se desenvolvem outras práticas e as crenças que as sustentam.

Em debate conduzido por Chartier na Radio France (em 1985), num programa em que se discutia *a leitura como uma prática cultural*, Pierre Bourdieu aborda a problemática do livro como produto cultural, entendendo que “[...] o próprio das produções culturais é que é preciso produzir a crença no valor do produto [...]” (CHARTIER, 1996, p.239), e prossegue:

[...] entre as condições que devem ser preenchidas para que um produto intelectual seja produzido, está a produção da crença no valor do produto. Se, querendo produzir um objeto cultural, qualquer que seja, eu não produzo simultaneamente o universo de crença que faz com que seja reconhecido como um objeto cultural, como um quadro, como uma natureza morta, se não produzo isto, não produzi nada, apenas uma coisa. (CHARTIER, 1996, p.240).

David Hall (1996), historiador da cultura impressa, chama atenção para a trajetória do artefato livro lembrando que, no Ocidente, a difusão do códex se dá sobretudo com os cristãos que leem a Bíblia e outros livros religiosos, com os quais se difundem edições que trazem instruções de leitura. A leitura, ato sagrado ou de consagração, deve ser feita de certos modos, seguindo certas trilhas (HALL, 1996). No século XIX, identificada com a propriedade de livros, indicativa da condição social, a leitura está mais ligada à produção dos livros – já existe uma pequena indústria com preocupações gráficas, mesmo no Brasil, a profissão de editor já se formalizara, e a solenidade da atividade letrada começava a conviver com a “frivolidade” da leitura como mero entretenimento. Nesse período, os gêneros são especialmente importantes, inclusive porque definem categorias de produção, atribuições profissionais e modos de distribuição. As novelas, por exemplo, começam a arrogarem-se ares de seriedade (que os folhetins novelescos seus ancestrais não pretendiam) e passam a incluir uma nota de ironia impensável antes (HALL, 1996,). Depois disso, na primeira metade do século XX, “[...] a história dos padrões de leitura parece demonstrar uma crescente sobreposição da homogeneidade, sendo que o grande perdedor é a cultura da leitura e o grande

vencedor é o nexu entre leitura e lazer ou entre leitura e ‘cultura do consumo’.” (HALL, 1996, p.177-178).

Na segunda metade do século XX, esse consumo se confundiu com as necessidades ligadas à instrução e ao letramento e, enquanto ações políticas procuram fomentar a produção de livros e sua distribuição como medidas de inclusão social, *holdings* administradas por quadros de *business* esforçam-se para “eivar” o livro à condição de produto altamente competitivo. Na convergência dessas ações, há ganhos e perdas ainda por avaliar.

De todo modo, uma certa mística em torno do livro parece transcender, em qualquer época, a racionalidade política ou a empresarial. Na quarta-capa do livro de Manguel (1997), uma obra que já foi traduzida para trinta línguas com o “mesmo” texto em muitas das quartas-capas, lê-se um excerto do miolo que aponta para o apelo universal que há na experiência de contato com os livros:

Leitor voraz e ciumento, um grão-vizir da Pérsia carregava sua biblioteca quando viajava, acomodando-a em quatrocentos camelos treinados para andar em ordem alfabética. Em 1536, a *Lista de preços das prostitutas de Veneza* anunciava uma profissional que se dizia amante da poesia e tinha sempre à mão algum livrete de Petrarca, Virgílio ou Homero. Na segunda metade do século XIX, em Cuba, os operários de algumas fábricas pagavam um *lector*, um leitor que se sentava junto à bancadas de trabalho e lia alto enquanto eles manuseavam o fumo. Lia, por exemplo, romances didáticos, compêndios históricos e manuais de economia. A ditadura de Pinochet banii *Dom Quixote*, identificando ali apelos à liberdade individual e ataques à autoridade instituída. (MANGUEL, 1997).

Como se vê, as práticas ligadas aos livros se modificam conforme as representações que assumem no seio das comunidades discursivas, nos lugares ocupados por quem lê ou convive com livros. Entretanto, como observa Canfora (2003), parece haver uma nota perene: os livros estão sempre ligados ao acesso a algo importante ou precioso que, uma vez acessado, não se pode perder, sob pena de deixar de pertencer a um mundo, deixar de experimentar o sentimento de pertença.

Para a cultura ocidental, desde o Império Romano, pelo menos os livros podem representar uma condição social de pertencimento a esferas douras. Embora isso nem sempre aconteça hoje, à época, esperava-se dos mais ricos que os ostentassem⁴. Diante disso, havia quem criticasse a atitude ostentatória,

⁴ É forçoso levar em conta que há hoje uma prática crescente de decoração (de residências, escritórios e mesmo de bibliotecas em instituições privadas) que consiste em comprar livros “por metro”. Em 2006, um metro (cerca de 20 livros) de romances franceses com capa de couro custava 300 reais na livraria paulistana O Belo Artístico. (VIVA LEITURA, 2005).

procurando dissociar a posse de livros do estudo, do conhecimento e da sabedoria. Por exemplo,

Sêneca escarnece das casas dos ricos, cheias de livros nunca lidos. A biblioteca é ornamento obrigatório, como a sala de banhos ou as termas: *os livros fazem boa figura na sala de jantar. As coleções completas dos oradores e dos historiadores podem ser encontradas na casa de quem menos estuda, em estantes que chegam até ao teto; hoje, numa casa com salas de banhos e termas, é indispensável aparelhar uma luxuosa biblioteca.* (CANFORA, 2003, p.45, grifo do autor).

Dizia Sêneca que os 40 mil rolos que queimaram na Biblioteca de Alexandria “tinham sido feitos para ostentação” (CANFORA, 2003, p.45).

A partir do Renascimento, os textos lidos para convivas ou como um objeto gráfico em circulação entre homens de razão e saber, ao se multiplicarem, manuscritos ou impressos, se põem na vida pública como um objeto específico, e toda uma divisão de trabalho se organiza para publicá-los. Nas palavras de Ortega y Gasset, citado por Canfora (2003, p.56) em *Livro e liberdade*, no Renascimento, “[...] o livro pela primeira vez foi socialmente percebido como uma necessidade [...]. A atração pelo livro, a esperança no livro já não pertenciam a esta ou àquela vida individual, mas possuíam aquele caráter anônimo, impessoal, próprio de toda esperança coletiva.”

Hoje, com a dimensão planetária de distribuição e o grande mercado que funciona *on demand*, talvez se tenha chegado a um extremo em que os *best-sellers* e o *star system* massificaram em vez de coletivizar e, com isso, em vez de se produzirem perspectivas, “[...] encurtaram o horizonte financeiro, o ciclo de vida dos livros e o ciclo de emprego dos editores a serviço dos conglomerados.” (ZAID, 2004, p.108). A concentração mercadológica de que participam muitos editores, agentes literários e livreiros de corporações, encarregados de promover sucessos e, como exige esse sistema, renová-los a cada temporada, demanda reinvestimentos cada vez maiores, donde as fusões e outras estratégias de negócios, perigosamente autofágicas. Muitos deles são maus negócios porque “[...] a tendência para a concentração no mercado editorial tem limites, ao passo que a tendência para a diversidade não [...]” (ZAID, 2004, p.109), afinal, apesar de todos os esforços das grandes corporações, os livros só são produtos efetivamente vendáveis e lucrativos se uma série de condições culturais favorece isso. Ocorre que tais condições de consumo são menos evidentes e, tudo indica, menos facilmente manipuláveis do que as condições que levam ao consumo de produtos de limpeza ou de vestuário, por exemplo.

Sucessos e fracassos de produtos editoriais são menos compreensíveis dentro dessa lógica. O editor Jason Epstein ilustra fartamente isso em seu *O negócio do*

livro – presente, passado e futuro do mercado editorial, de 2002. Relata que nos Estados Unidos, ainda o maior mercado editorial do planeta,

[...] quando os conglomerados editoriais das décadas de 1970 e de 1980 descobriram que em vez de terem adquirido um exército de escritores famosos haviam se tornado uma fonte de capital de alto risco para a aquisição de títulos futuros por suas editoras, abandonaram o campo. (EPSTEIN, 2002, p.45).

Como aconteceu com a *General Electric*, por exemplo,

[...] uma empresa notoriamente administrada, que adquiriu a RCA em 1986 e livrou-se de imediato de duas divisões que não atingiam o seu padrão de lucratividade: um aviário e a [grande editora] Random House. Doze anos depois, a Advance Publications, a nova proprietária da Random House, chegou à mesma conclusão (EPSTEIN, 2002, p.45).

Segundo Epstein (2002, p.45), “[...] os impérios estrangeiros de mídia que desde então adquiriram as sobras dessas empresas editoriais logo podem vir a descobrir que a exploração eletrônica de seus catálogos é o único ativo lucrativo em sua posse[...]”, mas isso também não lhes garante bons negócios, caso se fortaleça a tendência de os autores que produzem livros destinados ao mercado de larga escala assumirem a venda de seu catálogo diretamente a seus leitores, pois a tecnologia digital já viabiliza isso.

Enquanto isso, noutra direção há investimentos de pequeno e médio porte que apostam na diversidade e não na concentração em uns poucos autores, gêneros ou formatos. Noutra escala de produção, como é o caso dos pequenos e médios empreendimentos brasileiros reunidos na Primavera dos Livros⁵, o que em geral se faz é investir no enfrentamento das necessidades que a produção de um livro requer para que seja uma obra de circulação duradoura. Muitas dessas editoras reconhecem que, no curso da história da edição, “[...] criam-se novas especializações numa rede que vai da preparação de originais à competência da colocação dos produtos no sistema de mercado [...]”, que é preciso alcançar o quanto é diversificada a produção editorial numa sociedade fundada em diferenças sociais, como a nossa, e que os “[...] critérios ou técnicas deverão valer em função de determinadas condições sociais e políticas [...]”, sendo que o que “[...] pode parecer objetivamente uma ótima solução deixa de o ser quando colocado em prática num outro espaço sociocultural” (FERREIRA et al., 1997, p.16).

⁵ Trata-se de uma feira anual que congrega pequenas e médias editoras que se declaram “cientes de que o livro, por suas qualidades específicas, é um produto capaz de alterar o panorama intelectual do país”, e cuja diretriz é promover “uma atuação cultural orientada ao mesmo tempo por convicções intelectuais e por necessidades econômicas”. Essa organização acabou redundando na criação da Liga Brasileira de Editoras (LIBRE), estabelecida em 2001, com a reunião de 67 editoras chamadas *pequenas* em razão do número de novos títulos lançados a cada ano (menos de 5, em geral). (PRIMAVERA DOS LIVROS, 2009).

Em todo caso, vê-se que a mediação editorial, diante de um texto na sua versão “originais do autor”, tem de entender esse material como um eixo em torno do qual tudo o mais se produzirá para transformá-lo em livro lido. Coletivos complexos trabalham para que isso se dê, e o editor deve orquestrar esses coletivos, participantes da textualização em diferentes medidas. Não é possível entender a história de um livro, dos livros, das publicações em geral, sem levar em conta o que acontece com os textos no processo editorial: “[...] a questão essencial que deve ser colocada por qualquer história do livro, da edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem, leem.” (CHARTIER, 2002, p.61).

Esses sentidos construídos ao longo de um processo editorial e ainda quando, depois dele, os livros ganham mundo, circulando entre leitores, são a conjugação da energia social com suas formas de inscrição nos textos. Um livro sem essa “vitalidade” simplesmente não é lido, não interessa a ninguém, não circula. Mas essa condição não é simples de definir, porque é histórica e, portanto, tem sua dinâmica. Há textos longevos, como o emblemático *D. Quixote*, que não cessa de circular em suportes variados, em traduções revisitadas, comentários, estudos, transposições para mídias eletrônicas, digitais etc. E há muitos que têm outro fôlego. Todos eles, porém, mesmo os que duram só um suspiro, preparam-se para circular como objetos culturais, portanto como parte da vida social, e se apresentam, então, como produção necessária numa dada comunidade discursiva. De outro modo, não se dariam a ler.

Considerações finais

Os livros ou, antes, os textos que se preparam para chegar aos leitores (ou colecionadores, etc.) são produções culturais complexas, e podem ser bastante esclarecedoras do que os materiais escritos mobilizam em diferentes organizações sociais. Dessa perspectiva, não é possível pensar num texto considerando a prevalência do verbal, como se aspectos linguísticos e extralinguísticos não estivessem implicados, imbricados, numa luta permanente a construir sentidos.

O que se pode observar nos processos editoriais por que passam os textos é como as condicionantes de gênero – que são definidas socialmente – conjugam-se a manobras num dado código linguageiro, firmando identidades para os interlocutores e funções para os documentos, sendo a própria circulação desses documentos participante da produção de seus sentidos. Por isso, importa tanto quem escreve, quem edita, quem distribui, quem lê... Afinal, um material escrito levado a público é toda uma memória discursiva avivada, posta em confronto com seus diversos desdobramentos nas comunidades em que circula; é sempre um jogo de alteridades atualizadas em semioses variadas, cujas leituras seguem

marcas indicativas de caminhos preferenciais, que são institucionalizados por práticas definidas no interior de cada comunidade discursiva. Mas é também, inescapavelmente, possibilidade de deriva, posto que a ordem do discurso supõe o *caráter paradoxal e oscilante do registro ordinário do sentido*. Sobre isso, lembremos os termos de Pêcheux (2002, p.51) em sua conferência de 1983:

[...] o objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Sendo objetos culturais, os textos a publicar não se bastam como organização estritamente linguística, ou, antes, a própria organização linguística não se basta, sua autonomia é relativa, pois está submetida a muitas coerções que são de outra ordem – a do discurso, como se disse, se entendemos por isso que todo texto lido é uma enunciação efetivada e, assim, está sujeito a um conjunto de restrições semânticas que são indissociáveis de um conjunto de práticas sociais e históricas (discursivas ou não). Trata-se de considerar a semântica global, como vimos. Pois, de fato, é multimodal a composição dos materiais escritos que circulam socialmente, e creio que, em boa medida, é por isso que vibra neles uma força vivificante de energias caracterizadoras de uma dada comunidade discursiva, isto é, pulsa aí uma vitalidade que lhe confere, nas suas formas de inscrição nos textos, uma identidade social.

SALGADO, L. S. The circulation of the social energy inscribed in the vitality of texts. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.11-31, 2010

- *ABSTRACT: Remarkably, the current massive amount of book-related productions and regulations has put books on the Brazilian publishing and editing agenda. Accordingly, apparently unrelated topics as literacy and cultural marketing have been highlighted. Based on the current French stream of discourse analysis, this paper focuses on the study of the relation between authors' and publishers' productions, which makes it possible to spot the diversity of practices and semiotic processes that underlie the creation process of texts targeted to be put into public circulation.*
- *KEYWORDS: Book. Text. Text creation. Publishing.*

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. *Le style dans la langue: une reconception de la stylistique*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1997. (Collection Sciences des discours).

- CANFORA, L. *Livro e liberdade*. Tradução de Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- CHARTIER, R. (Org.). *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI - XVIII)*. Tradução de Luzmara C. Ferreira. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.
- _____. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fulvia Moretto. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.
- _____. *Práticas de leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. Revisão de Angel Bjadsen. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- DARNTON, R. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- EPSTEIN, J. *O negócio do livro: passado, presente e futuro do mercado editorial*. Tradução de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FERREIRA, J. P. et al. *Livros, editoras e projetos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- HALL, D. *Culture of print: essays in the history of the book*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1996.
- KOELLREUTTER, H-J. Sobre o valor e o desvalor da obra de arte. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n.37, dez. 1999, p.251-260.
- LA RÉVISION de texte: méthodes, outils et processus. *Langages*, Paris, n. 164, dez. 2006.
- LEMOS, A. A. B. de. Nota do editor. In: MORAES, R. B. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. Não paginado.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006a.
- _____. *Cenas da enunciação*. Tradução de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, Néelson P. da Costa e Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2006b.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução de Mariana Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Leitura e Crítica).
- MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- MINDLIN, J. Apresentação. In: MORAES, R. B. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. Não paginado.
- MORAES, R. B. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de

Lemos, 2006.

PECHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 2002.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PRIMAVERA DOS LIVROS. Disponível em: <<http://www.primaveradoslivros.com.br>>. Acesso em: fev. 2009.

SALGADO, L. S. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização*. 305 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000428478>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

VIVA LEITURA. *2005: ano ibero-americano da leitura*. Disponível em: <<http://www.vivaleitura.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2007.

ZAID, G. *Livros demais! Sobre ler, escrever e publicar*. 4. ed. Tradução de Felipe Lindoso. São Paulo: Summus, 2004.

Recebido em agosto de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.

